

Casa da Ínsua – Roteiro Museu



Uma viagem do século XVII ao século XXI

Percorrer a Casa da Ínsua e as suas inúmeras dependências é revisitar a nossa história, numa autêntica viagem que começa no século XVII e cujas imagens vão discorrendo perante os nossos olhos até aos tempos actuais. Perante nós desfilam memórias e peças que chegaram até nós e nos contam histórias que vêm desde a génese da Casa e da Quinta no século XVII.

O percurso é contínuo mas merecem destaque três períodos chave: o último quartel do século XVIII, com a construção da actual casa e a ligação ao Brasil, a última década do século XIX, com a campanha de obras Bigaglia / Batistini e a inovação tecnológica e a primeira década do século XXI com a recuperação e restauro de todo o complexo com a transformação em unidade hoteleira e a criação de circuitos expositivos.

Nesta actual terceira fase, com a revitalização da casa, destacam-se três marcos cujas datas mais relevantes são:

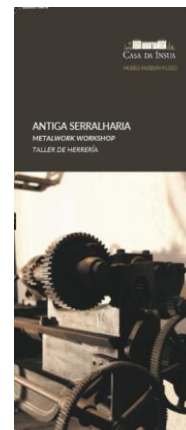
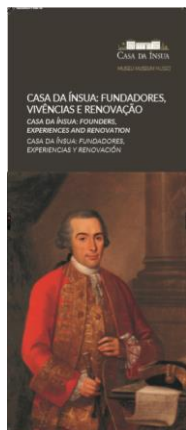
- o primeiro, no dia 29 de Julho de 2009, com a abertura do hotel e os diversos circuitos expositivos que integram cada uma das suas salas, corredores, átrios, varandas e terraços;
- o segundo no dia 23 de Abril de 2013, quando foi aberto o Museu da Casa da Ínsua, com os seus três núcleos: Brasiliana, vivências da casa e antiga serralharia, um espaço singular que surpreende pela riqueza e diversidade do acervo exposto;
- e o terceiro, no dia 29 de Novembro de 2021, em que se concluiu uma nova fase da musealização da Casa, com a disponibilização de 15 novos polos temáticos, que incluem núcleos expositivos, como a Casa da Electricidade ou a Fábrica do Gelo, diversas mostras temáticas que permitem percorrer a história de várias valências chave da casa, como o vinho Casa da Ínsua ou o Queijo Serra da Estrela, entre muitos pequenos polos, com outros temas e diversificadas abordagens, quer na casa quer nos espaços envolventes, de que é exemplo a sinalização de 50 pontos notáveis da quinta.

Casa da Ínsua, um museu vivo, um extraordinário património visível e visitável que revela quanto a Casa é um manancial de pontos de interesse, numa abrangência única de áreas e actividades que se continua a demonstrar inesgotável...



O Museu

A Casa da Ínsua para além do rico espólio que integra a casa principal, com um multifacetado acervo que percorre mais de cinco séculos de história e uma miríada de áreas de interesse, organiza no seu museu três núcleos visitáveis que permitem percorrer três das mais importantes facetas históricas associadas à sua história:



O Núcleo Brasiliana expõe exemplares únicos do excepcional trabalho desenvolvido pelo 4.º Governador de Cuiabá e Mato Grosso em duas vertentes complementares, numa a área de mapas e plantas associadas ao seu desígnio de fronteiro e dinamizador do desenvolvimento do território e, numa segunda área, a coleção de riquíssimos desenhos do levantamento da fauna e flora, que também faz parte do seu legado.

O Núcleo Vivências é dedicado à Casa e começa na Sala dos Moinhos com um vislumbre do passado agrícola da quinta, desde os quadros com a evolução histórica, que foram usados como base estatística para a elaboração dos primeiros planos do Estado Novo, passando por artefactos agrícolas e os primeiros moinhos movidos a electricidade. O Núcleo Vivências percorre ainda, na zona superior, um variado conjunto de memórias associadas às vivências e à história da casa e dos seus protagonistas, onde se destacam peças de viagem de Luís de Albuquerque, como a farmácia portátil, maquetes das campanhas artísticas da casa ou peças associadas ao dia-a-dia das suas vivências. O Núcleo da Antiga Serralharia recorda os espaços oficiais da Casa da Ínsua, a sua abrangência e alargada capacidade de funcional e demonstra também o pioneirismo da Casa na electricidade também nesta vertente.

Outros núcleos visitáveis são a Casa da Electricidade que evoca o vanguardismo da Casa da Ínsua neste domínio, a Fábrica do Gelo, uma ruína que permite ainda compreender esta importante memória do passado tecnológico e dos seus pioneiros impulsionadores. O lagar e a adega são outros pontos de interesse neste roteiro de curiosidades, estórias e história. Em todos os espaços se mantêm estruturas associadas às anteriores funções destes lugares, como lagares, elevadores, artefactos agrícolas.

A Capela e o seu importante recheio, o percurso dos vários canhões e do seu papel na defesa da independência nacional, as artes decorativas que também enriquecem os caminhos da quinta, ou os jardins olhados numa óptica de um autêntico jardim botânico, também recheados de história, são outros pontos que merecem curiosa atenção.

A Casa da Ínsua e a sua Quinta, ao percorrer o seu quinto século de memórias e vivência, mantêm-se como um ser vivo, sempre em evolução e sempre abertas a novas experiências. Para marcar esse percurso mais recente outros pólos merecem a nossa atenção:

- A linha do tempo do Vinho Casa da Ínsua, com início em 1852, e que simultaneamente mostra o desenvolvimento de novos produtos que foi capaz de protagonizar na última década e ainda alguns dos inúmeros prémios que tem granjeado ao longo de quase dois séculos;
- A queijaria com o seu ancestral processo de fabrico de queijo Casa da Ínsua e das deliciosas compotas;
- O polo dedicado aos audiovisuais recentes, como o filme “Viúva rica solteira não fica” de José Fonseca e Costa, ou a produção televisa dedicada ao Zé Pedro dos Xutos & Pontapés, e que o surpreendeu pela sua ligação à Casa da Ínsua, ou o ainda o mais recente “Olga Drummond” de Diogo Infante a que se pode juntar também uma nova abordagem da Casa como palco de Concertos e Eventos que ficam na memória;
- O canto do “Queijo à Chef” que percorre as edições deste notável evento que a Casa vem protagonizando desde 2014, mostra os muitos chefs e sommeliers que fizeram deste acontecimento um pilar incontornável do universo do Queijo Serra da Estrela;

A descoberta continua sempre...

Os mapas, cartas e plantas de Luís de Albuquerque

Os primeiros mapas após o achamento do Brasil em 1500 pouco mais mostravam do que a costa, situação que se manteve durante quase 200 anos, num vasto território que é hoje um dos maiores países do mundo, o 6.º em área. Após o descobrimento, viveu um primeiro século das capitânias-gerais hereditárias e das missões jesuíticas. De seguida, o século XVII corresponde ao período dos bandeirantes, com as Bandeiras a desbravar e a reconhecer território para os portugueses, sem definição das zonas de domínio entre Portugal e Castela.

Um primeiro Tratado de Paz, assinado em Lisboa, a 13 de Fevereiro de 1668, não esclarecia a questão das fronteiras das duas possessões. As conversações (e divergências) arrastam-se até que é assinado o Tratado de Madrid de 1750.

Aqui o grande ideólogo do lado português é Alexandre de Gusmão, secretário de D. João V (brasileiro, irmão mais novo de Bartolomeu de Gusmão – o homem da Passarola), que conseguiu que vingasse a tese de que os donos da terra eram quem já a ocupava de facto, contrariando a teoria da defesa da divisão do tratado de Tordesilhas defendida pelos espanhóis.

No entanto o mapa que é base deste tratado, o Mapa das Cortes, feito por portugueses apresenta uma forte distorção intencional para que as terras interiores do território, como Cuiabá e Mato Grosso, pareçam estar dentro dos limites de Tordesilhas. O conhecimento português do território e a cartografia que tinham na sua posse, foram factores decisivos na negociação. Alexandre de Gusmão invoca então um argumento final para convencer os espanhóis a aceitarem o domínio português sobre estas terras e que se revelou incontornável: Se era para cumprir Tordesilhas então os espanhóis teriam que devolver as Filipinas, que estão do lado português do Tratado de Tordesilhas. E assim foi aceite a posse portuguesa do grande território brasileiro, num acordo classificado, na altura, por altos responsáveis espanhóis, como “uma vergonha para a diplomacia castelhana”.

A rainha regente D. Maria Ana de Áustria (mulher de D. João V, com este já muito doente), contra os interesses dos seus familiares que reinavam em Espanha, escreve para o Brasil indicações muito claras para que no terreno: “evitem lutas com os espanhóis mas defendam as descobertas e terrenos que já ocupámos, evitem que os espanhóis se adiantem para a nossa parte e deveis apossar-vos de toda a terra que puderdes e não estiver já ocupada pelos espanhóis”. É neste enquadramento que, no reinado de D. José, Luís de Albuquerque assume o cargo de Governador de Cuiabá e Mato Grosso e vai fazer tudo para marcar posições, garantir o máximo território e construir novas povoações e fortes defensivos, para uma posse efectiva do território. Chega mesmo a convidar os vizinhos comandantes espanhóis para encontros e reuniões em povoações como CasalVasco (situada muito além do definido como território português) ostentando a aceitação de facto da posse portuguesa. Esta demonstração de convicção leva o governador espanhol de Santa Cruz de la Sierra (Bolívia) a afirmar sobre Luís de Albuquerque, ser “o mais ambicioso dos governadores portugueses”. Luís de Albuquerque inspirava-se maioritariamente na sua Beira para baptizar novas terras: Albuquerque (hoje Corumbá), Viseu, Ladário, Almeida, Vila Maria (Cáceres), CasalVasco (Vila Bela da Santíssima Trindade), Nova Coimbra, Salinas, Corixa Grande; rios: Mondego, Dão, Mareco, Zêzere, Coja, Satão e Vouga; serras: Ínsua, Albuquerque, Bussaco, Estrela, Seixo e Galhano; e fortes: Forte de Coimbra, Forte de Viseu, Forte Príncipe da Beira.

Neste enquadramento, com Luís de Albuquerque determinado em que, para além dos rios que são fronteiras naturais, também as terras das margens oeste sejam território português, como garante da exclusividade das grandes vias de comunicação que os rios eram à época, é assinado um novo tratado.



Nesta altura, são já tempos de D. Maria I e de Carlos III, quando a 1 de outubro de 1777, é assinado o “Tratado Preliminar de Paz e de Limites”, conhecido como Tratado de Santo Ildefonso, que define linhas naturais e aceita algum recuo das posições portuguesas.

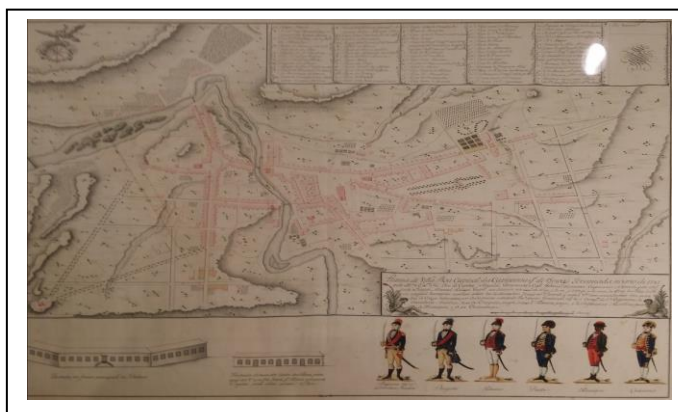
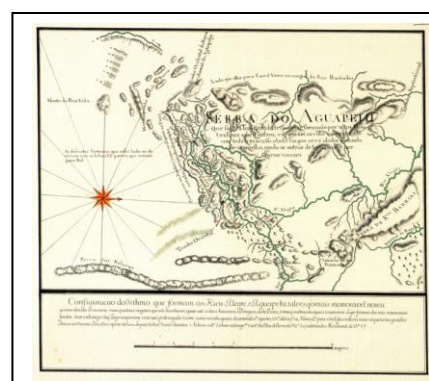
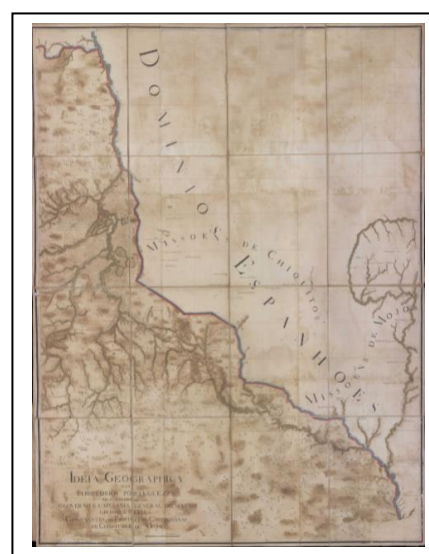
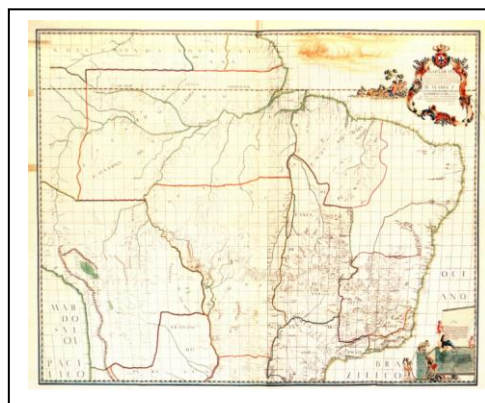
A notícia deste tratado chega a Luís de Albuquerque por correspondência familiar, e logo ele escreve à rainha para reafirmar a sua posição de manter todo o território e que só com “ordens expressas escritas pela rainha” mudará a sua política. Sabendo-se que na época medeavam cerca de três anos entre uma carta e a sua resposta percebe-se que a sua autonomia se manteve não mudando de linha de actuação.

Luís de Albuquerque, além de homem de terreno, faz um excepcional trabalho de cartografia, que vai além dos limites dos Estados que governa e permite, com todo o rigor, ficar a conhecer o Brasil real, quer num imagem macro, quer principalmente no detalhe de povoados, montanhas e rios.

O memorando da “Ideia Geral” de Luís de Albuquerque e o mapa monumental, designado por “Ideia geographica dos territorios portuguezes que comprehende o Governo e Capitania General do Matto Grosso e Cuiabá. Confinantes as Provincias Castelhanas de Chiquitos e de Mojos.”, que não se encontra datado nem assinado mas tudo indica ser da mesma fonte, são peças essenciais na manutenção das actuais fronteiras do Brasil moderno, mostrando o detalhe da parte portuguesa, face ao “abandono da parte espanhola”. Estes mapas, em que no Museu da Casa da Ínsua se podem admirar muitos pormenores, são surpreendentes, como por exemplo um traço interrompido de cerca de 7 quilómetros para criar uma ligação fluvial entre as bacias do Amazonas e do Rio da Prata, através de dois dos seus afluentes. Este Varadoiro, nunca seria construído, mas era de uma visão tal que permitiria, ao ligar os dois rios, criar uma via de comunicação global que contornaria todo o Brasil, transformando-o numa “ilha” e criando, na altura, condições de viagem entre todo o território interior do Brasil, desde a foz do Amazonas a norte até à foz do Prata a sul...

O seu papel de povoador está bem patente nas muitas plantas das povoações que construiu, a que deu nomes portugueses e outras que dinamizou e desenvolveu, como é o caso de Vila Boa, ou da própria Vila Bela, a capital de Mato Grosso, onde viveu, mas que sempre esteve no “lado espanhol” dos acordos...

Uma boa parte desta coleção de mapas e plantas está disponível na obra “A Mais Dilatada Vista do Mundo - Inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua” editada pela Comissão Nacional nas Comemorações dos Descobrimientos Portugueses em 2002.





Luís de Albuquerque cronologia



Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1739-1797), 4.º Governador-General de Cuiabá e Mato Grosso.

A JUVENTUDE

1739 -1771 - Na Beira, em Portugal

Origem em família fidalga com antecedentes familiares de personalidades com papel na história. Juventude na Ínsua com estudos em casa e em Coimbra. Início de vida militar na Academia e Praça Militar de Almeida. Arranque de carreira como Ajudante de Campo do Marechal Mac Lean, governador da Praça de Almeida.

21 de Outubro de 1739, nasce no Ladário (Sátão)

28 de Janeiro de 1758, assenta praça como soldado-cadete do Regimento de Cavalaria da Praça de Almeida

15 de Junho de 1758, promovido a Alferes de Cavalaria do Regimento de Cavalaria da Praça de Almeida

25 de Outubro de 1758, nomeado Cavaleiro Fidalgo da Casa Real por D. João V

9 de Abril de 1764, promovido a Capitão de Infantaria, adido às tropas de primeira planta da Corte e Ajudante de Ordens do Marechal de Campo Francisco MacLean, Governador da Praça de Almeida

A IDADE ADULTA

1771-1791 - Em Mato Grosso, no Brasil

Nomeado Governador, viaja para Mato Grosso e faz de Vila Bela o centro da sua actividade. Tem como desígnio a definição das fronteiras e a demarcação dos Reais Domínios. O seu campo de actuação é vasto: Cartografia; Urbanização; Construção; Toponímia. Neste domínio é reconhecido como “o Fronteiro” garantindo para o Brasil uma ocupação territorial muito além dos acordos estabelecidos, preocupando-se sempre que os leitos dos rios (as vias de comunicação daqueles tempos) e ambas as margens sejam garantidas como território nacional. Paralelamente, revelam-se os interesses científicos de Luís de Albuquerque: Urbanista; Construtor; Naturalista. Fruto do relacionamento com António Landi (1713-1791), Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) e Domingos Vandelli (1735-1816), protagoniza um extraordinário levantamento da fauna e flora locais e organiza um importante acervo documental, hoje único. Também toda a sua correspondência, os mapas, cartas topográficas e plantas que realizou, constituem um espólio excepcional, ainda por estudar em toda a sua plenitude, que permite fazer um vívido retrato daquela época e dos acontecimentos associados à expansão territorial do que é hoje o 5.º maior país do mundo. É nesta altura, enquanto constrói o Forte Príncipe da Beira, que envia para a Ínsua os planos e indicações para a construção da Casa da Ínsua. Durante as duas décadas que vive no Brasil, também os seus irmãos por ali passam. Primeiro, o irmão mais novo, Manuel de Albuquerque, Juiz no Tribunal da Relação do Rio de Janeiro e depois, o irmão do meio, João de Albuquerque, que o vai substituir como 5.º Governador de Mato Grosso.

16 de Junho de 1771, nomeado por D. José, Governador e 4.º Capitão-General da Capitania de Mato Grosso

12 de Outubro de 1771, embarca para o Brasil, no navio Santa Ana-Carmo - S. José

13 de Dezembro de 1772, tomada de posse em Vila Bela, Mato Grosso, como Governador e Capitão-General

20 de Junho de 1776, colocação da primeira pedra do Forte Príncipe da Beira

7 de Agosto de 1782, promovido por D. Maria I a Coronel de Cavalaria

20 de Novembro de 1789, tomada de posse de seu irmão João de Albuquerque como 5.º Governador

18 de Maio de 1791, embarca de regresso a Lisboa na charrua Santíssimo Coração de Jesus – a Águia

A VELHICE

1791-1797 - Entre Lisboa e a Ínsua

Os últimos anos de vida em Portugal começam com a sua nomeação para Membro do Conselho Ultramarino, mas as amizades políticas são agora diferentes e, por isso, a ambição de nomeação como Marechal, nunca se concretizará. As suas funções prendem-no a Lisboa. Dedicar-se ao Gabinete de História Natural de Luis de Albuquerque, que monta na sua quinta em S. Sebastião da Pedreira, em Lisboa, que fica conhecida como a Quinta do Albuquerque. Mantém o relacionamento com Vandelli e outros colecionadores, que lhe permite permutas e aquisições com que vai aumentando a sua coleção. Promove a interacção com o Real Museu de História Natural da Ajuda, no qual, postumamente, será integrada a maioria da sua Coleção. Morre em Lisboa.

4 de Julho de 1791, chegada a Lisboa (19 anos, 8 meses e 24 dias depois da sua partida desta cidade)

22 de Dezembro de 1792, nomeado, por Despacho Real, Conselheiro de Capa e Espada do Conselho Ultramarino

5 de Outubro de 1793, galardoado com a Comenda de S. Martinho de Chans

27 de Dezembro de 1793, armado Cavaleiro da Milícia de Nosso Senhor Jesus Cristo

7 de Julho de 1797, morre em Lisboa e é sepultado em carneiro da Igreja de S. Sebastião da Pedreira



A coleção de desenhos de Luís de Albuquerque

Luís de Albuquerque, para além da preocupação em cartografar o mapeamento do território e na elaboração das plantas das cidades e povoações que foi desenvolvendo, dá uma grande atenção ao levantamento das características dos habitantes e da fauna e flora de toda a região. Demonstra elevada curiosidade científica e rigor no levantamento e divulgação do conhecimento.

Esta preocupação de mapeamento e marcação ganhará especial relevo a partir do Tratado de Madrid, em 1750, em que Portugal e Espanha se entenderam sobre o traçado dos limites das suas possessões na América do Sul. Um dos primeiros recrutados para este trabalho de levantamento é o padre João Álvares de Gusmão, irmão do ideólogo do Tratado, Alexandre de Gusmão e também do “voador” Bartolomeu de Gusmão, o inventor da Passarola.

Neste contexto recorre-se também à contratação de competências estrangeiras para esta missão como é o caso do bolonhês António José Landi (1713-1791), debuxador, arquiteto, pintor, geógrafo e astrónomo, que depois de um período de preparação em Lisboa, entre 1750 e 1753, irá para a Amazónia. Aí, em 1754, o governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, atribui-lhe várias missões ao longo do rio Amazonas.



Landi que se distingue, numa fase inicial, principalmente como arquitecto, deixando marcas na urbanização e na arquitetura das povoações dessas décadas de 50 e 60. Mas, a partir da década de 70, dedica-se com mais interesse ao desenho e pintura de fauna e flora, num traço e estilo que são indubitavelmente similares aos dos desenhos da coleção da Casa da Ínsua.

Curiosamente sabemos que, em 1773, António José Landi oferece a Luís Pinto de Sousa Coutinho, ex-governador de Mato Grosso, uma descrição da história natural do Pará, a partir de elementos reunidos durante a sua estadia no interior da Amazónia, que designara como: *Descrizione di varie Piante, Frutti, Animali, Passeri, Pesci. Biscie, Rasine e altre simili cose, che si ritrovano in queta Cappitania del Gran Para Pará*”.



Serão os desenhos coligidos por Luís de Albuquerque parte deste trabalho? Ou realizados neste âmbito, num espírito de cooperação idêntico ao que, na década seguinte, seria repetido durante a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira?

António José Landi, não mais sairá da Amazónia vindo aqui a falecer, estabelecido como fazendeiro, em 1791, já então com o reconhecido geral como arquitecto e desenhador.

Luís de Albuquerque, recoletor de conhecimento preserva nos seus registos desde a sua chegada, muita informação e desenhos elaborados sob um prisma de inventariação das características destes novos territórios. Conhecemos no seu espólio desenhos feitos pelo seu próprio punho de peixes e outros apontamentos sobre os indígenas e flora. Como exemplo, recorda-se que, pouco tempo após chegar, faz um registo no seu diário de viagem, no dia 23 de maio de 1772, em que “aqui se matou uma garça que se copiou”. Ao longo das duas décadas seguintes dedicará a sua vida a este vasto território brasileiro.

A preocupação em “retratar”, por via do desenho, a nova realidade e ambientes que descobria é bem visível nos adereços da cartografia que desenvolveu mas é particularmente patente na excepcional coleção de desenhos que nos deixou e que é única na sua dimensão e qualidade.

Algo parecido só é conhecido do património deixado pelos trabalhos realizados no âmbito da “Viagem Philosophica” ordenada por D. Maria I e planeada por Domingos Vandelli pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, que é realizada sob o comando de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) com os seus dois “riscadores” Joaquim José Codina e José Joaquim Freire e ainda o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo.

A viagem científica de Alexandre Rodrigues Ferreira tem o seu início em 1783 e percorre a zona do Amazonas, tendo estado na capitania de Mato Grosso entre 1789 e 1791. O regresso a Portugal ocorreria, dez anos depois, em 1793.

O encontro de Alexandre Rodrigues Ferreira com Luís de Albuquerque em Mato Grosso, acontece em Vila Bela, já na fase de transição da governação para seu irmão João, com quem Ferreira troca inúmeras comunicações, mas é com Luís que Alexandre continuará em contacto sobre esta temática museológica e naturalista, até ao fim da sua vida.

Apenas seis dias após a chegada a Vila Bela morre o jardineiro Agostinho do Cabo e a 25 de Fevereiro de 1790 a expedição parte para Cuiabá, onde chegam em Setembro, só retornando a Vila Bela a 27 de Junho de 1791.

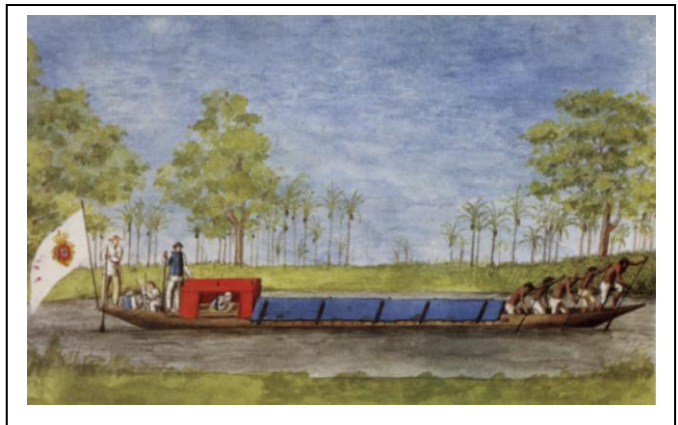
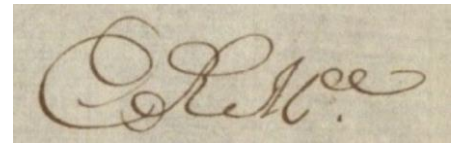
Estes dezanove meses de pesquisa em terras mato-grossenses estão pouco documentados, há notícia de 50 volumes de material expedido, mas nada se sabe do seu conteúdo. Do material escrito dessa época apenas se conhece a “Memória sobre o Gentio Guaicuru”, datada de 5 de Maio de 1791 e que contém 3 estampas: a do “Chefe do gentio aycuru, habitante no Rio Paraguay”, a da “Mulher do dito Chefe” e a “cena da travessia do rio por um grupo de Guaicurus”.

Alexandre Rodrigues Ferreira logo no regresso do navio que o trouxera ao Brasil (a charrua Águia e Coração de Jesus) enviara para a Corte uma primeira remessa de produtos da terra brasileira e durante todos os anos da sua estadia vai enviando muitos espécimes, amostras e outros materiais para Portugal, para o que incumbe o capitão Queiroz dessa tarefa. As dificuldades financeiras da expedição são conhecidas, envolvendo mesmo o Governador João de Albuquerque que também ajudou a financiá-la. A dada altura Ferreira, ao ordenar mais uma remessa

de material, descobre que a maior parte das despesas realizadas com os anteriores envios tinham sido suportadas pelo bolso do capitão responsável dos despachos, que assim gastara integralmente o dote da filha. Ferreira ao aperceber-se disso, descansou-o: “Isto não servirá de embaraço ao casamento da sua filha, eu próprio receberei essa sua filha por mulher”. E assim o fez, mesmo sem o dote, o casamento de Alexandre com Germana Pereira de Queiroz, foi realizado a 16 de Setembro de 1792.

Infelizmente este rico espólio da Viagem Philosophica está disperso ou desaparecido. A maior parte foi levada para França por ordem de Junot que, no âmbito das invasões francesas, aproveitou as liberalidades concedidas para desfalcar o Real Museu da Ajuda, que bem conhecia, pois tinha sido antes embaixador em Lisboa. O acervo saqueado foi registado em documento de entrega a Geoffroy Saint Hilaire, do Institute de France, assinado em 3 de Junho de 1808, pelo Duque de Abrantes (título concedido ao próprio general Jean-Andoche Junot, por Napoleão). Destes milhares de peças espoliadas apenas foram restituídos, em 1814, alguns manuscritos relativos à “Viagem do Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá” de Alexandre Rodrigues Ferreira, que foram entregues à viúva, D. Germana Pereira de Queiroz Ferreira, em 5 de Julho de 1815. Esta, por sua vez, com o intuito de o preservar o espólio do marido, viria a confiá-los a Felix de Avelar Brotero, a fim de serem conservados no Real Museu da Ajuda.

Uma pequena parte dos desenhos de Codina e Freire, mantêm-se em Lisboa, no antigo Museu Bocage, no Museu Nacional de História Natural e da Ciência da Universidade de Lisboa e outra parte no Brasil, na Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Museu do Rio de Janeiro. O espólio dispersa-se ainda pelo Museu de História Natural da Universidade de Coimbra, Academia de Ciências de Madrid, Museu de História Natural de Paris, etc...



A coleção da Casa da Ínsua, composta por cerca de duas centenas de desenhos desta epopeia naturalista do século XVIII, assume-se, neste contexto, como um dos mais importantes e completos acervos desta saga científica e é bem representativa do espírito de pesquisador e colecionador de Luís de Albuquerque e da atitude de rigor e de profundo conhecimento do território que sempre caracterizou o 4.º Governador de Cuaibá e Mato Grosso, ao longo do seu mandato.



Esta coleção de desenhos da Casa da Ínsua foi vítima, em 1970, de um incêndio que deflagrou na biblioteca do Torreão Norte da Casa, onde este acervo estava arquivado juntamente com a restante documentação do espólio de Luís de Albuquerque. Felizmente, por serem maços compactos de papel forte, apenas os seus vertices foram queimados, salvando-se a maioria da área desenhada. O restauro dos desenhos foi realizado para a abertura do Museu da Casa da Ínsua, sendo agora perceptível uma ligeira mancha de queimado na zona da união da recuperação realizada no restauro das pontas das folhas de cada um dos desenhos.



O 14 de Infantaria e Luís de Albuquerque



Coronel Rui Fernando Baptista Moura
Comandante do Regimento de Infantaria Nº14

O 14 de Infantaria

O Regimento são os mais antigos corpos militares de Portugal, organizados no início do século XVII e descendentes dos Terços que tão brilhantemente garantiram a independência de Portugal na guerra que se manteve após a Restauração de 1640.

O que fica publicado neste livro é um registo preciso, do passado e do presente, do Regimento de Infantaria Nº14. Mas, dado que o Regimento se encontra sediado na região da Beira Alta desde 1842, é igualmente um repositório das tradições da Infantaria das Beiras. Dedikamos esta obra a todos os beirões para apreciarem como os Infantes de Viçosa defendiam, combatiam e moravam por Portugal, ao longo de séculos, e como hoje continuam a levantar bem alto o nome da Beira, de Portugal e do seu Exército, nas sete partes do Mundo.

O historial do Regimento de Infantaria Nº14 regista um longo percurso, partindo de Portugal para os destinos mais longínquos, passando os seus militares, no decurso da sua existência, por Espanha, França, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Índia Portuguesa, Bósnia, Timor-Leste, Kosovo, Iraque, Afeganistão e Líbano. Os militares do Regimento de Infantaria Nº14, com o seu modo de acção, adequado às diversas épocas e locais, mostraram-se sempre dignos de serem exemplo a seguir na sua lealdade e combatividade. O registo de actos heróicos, que são perpetuados na presente obra, permite percorrer mais de dois séculos da nossa história, abrindo caminhos, parece-nos, para outras investigações que poderão dar excelentes contributos para um melhor conhecimento do papel das Beiras na independência nacional.

A garantia da preservação da história dos nossos antepassados beirões foi obtida através de um despacho do General Chefe do Estado-Maior da Esclética, de 11 de Fevereiro de 2009, fundamental para a nossa história como Corpo Militar. Este acto de profunda justiça e elevada importância, veio preencher um vazio legal que se verificou há anos e recolocar no Regimento de Infantaria Nº14 as tradições militares e património histórico da Infantaria das Beiras. A história deste Regimento já de si brilhante e rica, enriqueceu-se ainda mais com esta herança, que nos enche de orgulho mas que nos aumenta a responsabilidade.

O historial da infantaria Beirã pode, a partir de agora, ser devidamente preservado. Foi encontrado o local certo para registar a memória e tradições de unidades que combateram com elevado destaque durante a Guerra Peninsular, nas Batalhas do Buçaco e de Albuera, entre tantas outras, e que se destacaram de forma notável na Batalha de Vitoria; participaram nas campanhas coloniais do fim do século XIX e princípio do século XX; combateram contra a Alemanha em Angola, Moçambique e Flandres, durante a Guerra Mundial; prepararam milhares de combatentes e mobilizaram unidades para os teatros da Guiné, Moçambique e Angola, entre 1961 e 1974.

Para os Viçotes de hoje é uma honra e um orgulho prestar serviço, ao Exército e a Portugal, nesta unidade cheia de modernidade e inovação, que sabe hoje e saberá sempre preservar as memórias dos que nos antecederam, um Regimento "cuja fama ninguém virá que domar".



BIOGRAFIA DE PERSONALIDADES DO REGIMENTO DE INFANTARIA Nº14

Fazer uma selecção de personalidades a destacar numa Instituição centenária, como o Regimento de Infantaria Nº14 e a sua herança histórica na Infantaria das Beiras, onde passaram largas dezenas de militares distintos, é sempre um exercício arduo. Muitos revelaram-se durante o seu período de serviço no Regimento, outros destacaram-se nas mais diversas áreas do serviço público.

De facto, uma selecção de uns poucos numa enorme galeria de notáveis deixa obrigatoriamente de fora muitos homens extraordinários e notáveis. A título de exemplo foram militares do 14: o Capitão Almeida Moreira (1872-1933), fundador do Museu Gil Vicente, Fernando dos Santos Costa (1899-1982), Subsecretário de Estado da Guerra e depois de Ministro da Guerra, entre 1948 e 1958; General Ramalho Eanes (1915), Presidente da República; e tantos outros, Generais do Exército Português, mas também Pares do Reino, deputados, Governadores Cívicos e Presidentes de Câmara.

Optámos por destacar militares que se notabilizaram durante o seu período de serviço no Regimento, em acções de comando, optando por figuras de diferentes épocas históricas. Excepção feita a Luís de Albuquerque, Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, Capitão de Infantaria das Beiras, ajudante de ordens do Governador da Praça de Almeida, oficial do Regimento de Infantaria de Almeida, unidade antecessora histórica do actual R14. Escolhemos apresentar também a biografia deste notável oficial pelo papel ímpar que teve na segunda metade do século XVII, na demarcação dos limites do Reino, na consolidação territorial e no povoamento da colónia do Brasil e cuja marca ainda perdura na Beira, através do legado dos domínios da Casa da Ínsua, em Penvalva do Castelo.

Assim para estas breves biografias optámos por destacar o **Coronel Luís de Albuquerque (1739-1797)** distinto Capitão da Infantaria das Beiras, que prestou serviço no Regimento de Infantaria de Almeida; o **Tenente Coronel James Ward Oliver (1771-1816)**, herói de morte no comando do Regimento no 2º sítio de Bidadzi; o **Coronel Thomas de Magalhães Coutinho (1789-1863)**, bravo do Mindelo e primeiro Comandante do Regimento após a sua organização em 1842, em Viçeu; o **Coronel Ribeiro Arthur (1851-1916)**, mais conhecida pelas suas excepcionais agualares representando uniformes militares, mas um Comandante excepcional, em todos os aspectos; e, finalmente o herói do 19 de Março, dia do Regimento, o **Coronel Vale de Andrade (1884-1958)**.

LUIÍS DE ALBUQUERQUE (1739-1797)



Coronel Luís de Albuquerque
Cavaleiro de Melhores da Casa da Ínsua

Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres nasceu na freguesia de S. Salvador da Vila do Ladário, Sátão, Província da Beira, em 21 de Outubro de 1739, filho primogénito do Coronel Francisco de Albuquerque e de Dona Isabel Maria de Mello de Albuquerque Pereira e Cáceres. Terá sido nomeado Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, por D. João V, em 29 de Outubro de 1766, com apenas sete anos.

Luís de Albuquerque fez a sua instrução nas línguas francesa e inglesa, geografia, história, ciências naturais, matemática e desenho em Coimbra, na casa de seus avós e na Universidade. A partir dos dezesseis anos começou a distinguir-se como pessoa de grande dignidade e inteligência tanto no campo militar, como no campo político, económico-administrativo e social.

Em 27 de Janeiro de 1758, tinha então dezesseis anos, assentou praça como voluntário, com o posto de soldado cadete da Companhia, de que era comandante o Coronel Francisco de Vila Nova, na província da Beira. Quatro meses depois era promovido a Alferes. Com a idade, em 8 de Abril de 1764, foi promovido a Capitão e designado para exercer o cargo de Ajudante de Ordens de Francisco Mac-Lean, sucessivamente Coronel, Marechal de Campo,

194

Brigadeiro e Tenente-General, Comandante do Regimento de Infantaria e Governador da Praça de Almeida. O Capitão Albuquerque permaneceria em Almeida até 1771.

Relembramos que na Fortaleza de Almeida, praça chave da defesa do Reino, entre outras unidades militares, tinha quartel permanente o Regimento de Infantaria de Almeida. Nesta época o Regimento cindiu-se em Regimentos de Infantaria de Francisco Mac-Lean e de Fernando da Costa de Almeida, tendo-se posteriormente voltado a reunir. Em 19 de Maio de 1766 tomou a designação de Regimento de Infantaria Nº14, mandado reunir em Viçeu em 1808, antecessor histórico nas Beiras do Regimento de Infantaria Nº14. Francisco Mac-Lean, Comandante do Regimento de 10 de Maio de 1765 a 29 de Maio de 1780, realça nos seus escritos as distintas qualidades do seu jovem capitão.

Na Sala dos Retratos da Casa da Ínsua, no Concelho de Penvalva do Castelo, pode ser apreciado um quadro com a figura do jovem capitão Luís de Albuquerque aos 24 anos, com a planta da Praça de Almeida na mão, na altura em que era ajudante de ordens do Comandante do Regimento e Governador Militar de Almeida. Inscrito neste quadro pode ler-se a seguinte inscrição: "Luís d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Fidalgo da Casa de S.M.F. e Capitão de Inf." com Ex.ª d'Ajud. de das Ord. Do Ten. Gen. Fr. co M. Lean" (Luís d'Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres Fidalgo da Casa de Sua Majestade Fidelíssima e Capitão de Infantaria com Exercício de Ajudante das Ordens Do Tenente-General Francisco Mac-Lean).

A planta do forte de Almeida que segura na sua mão já indica a sua inclinação de engenheiro militar que viria a estar na origem da construção dos extraordinários Forte Príncipe da Beira e Forte de Coimbra, entre outras obras edificadas sob a sua alçada, nos confins do Brasil, que permitiram consolidar a posição portuguesa nas fronteiras com os domínios da coroa castelhana na América. Também a Casa da Ínsua construída, nessa época, sob sua orientação tem na sua traça vestígios e influências de arquitectura militar.

Muito jovem, aos 31 anos, é chamado pelo Marquês de Pombal para Governador e Capitão General do Estado de Curitiba e Mato Grosso, no Brasil, cargo para o qual foi indigitado e depois nomeado por despacho de D. José, datado de 16 de Junho de 1771. Após quatro meses de preparações burocráticas embarcou para o Brasil, com o objectivo de desenvolver o mesmo território daquela Capitania, fundada 20 anos antes e quase despopulada, potencialmente rica mas rodeada de vizinhos adversos à presença portuguesa.

Tendo como objectivos principais a defesa do território, principalmente face às ameaças castelhanas, mas também a sua organização e desenvolvimento, Luís de Albuquerque excedeu qualquer expectativa pois conseguiu aumentar significativamente a área do Mato Grosso, indo muito para além da linha definida no tempo do rei D. João II, no Tratado de Tordesilhas. Com base em levantamentos topográficos e novos desenhos e projectos que protagonizou, criou novas cidades e povoados, de que são exemplos: Vila Bela, Albuquerque, Vila Maria da Fátima, Nova Coimbra, Mondégo, Dão, Mareco, Coça, Sátão, Yaguá, Zézer, Estrela, Buçacos, Lamego, Semançabre e Viçeu.

A construção do Real Forte Príncipe da Beira, pela sua dimensão e arrojado espantaria até, na altura, o ambicioso Marquês de Pombal. Em posição dominante na fronteira com a Bolívia, esta fortaleza é considerada uma das maiores edificações militares portuguesas no Brasil Colonial e foi um dos argumentos que obrigou os espanhóis à assinatura do Tratado de Santo Ildefonso definindo as fronteiras raquetada zona, cujo ajuste foi terminado em 1777, e que veio a Luís de Albuquerque a frase com que o governador espanhol de Santa Cruz de la Sierra (colónia da Bolívia), o definiu: "o mais ambicioso dos Governadores portugueses".

Em reconhecimento do seu estoicismo, abnegação e determinação no cumprimento da sua missão foi promovido ao posto de Coronel, por documento régio emitido por D. Maria I, em 7 de Agosto de 1782.

Após 20 anos no Brasil, foi substituído por seu irmão João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, como Governador e Capitão General do Mato Grosso. Era já então conhecido, no Reino, como "o mais antigo

195

